

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FELIPE MARASCHIN GUIGOU

A CRISE ECONÔMICA E O SEGMENTO JOVEM DO MERCADO DE TRABALHO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: 2015–2016

Porto Alegre

2018

FELIPE MARASCHIN GUIGOU

**A CRISE ECONÔMICA E O SEGMENTO JOVEM DO MERCADO DE TRABALHO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: 2015–2016**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Guigou, Felipe Maraschin

A crise econômica e o segmento jovem do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre:

2015-2016 / Felipe Maraschin Guigou. -- 2018.

45 f.

Orientador: Cássio da Silva Calvete.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. População jovem. 2. Recessão econômica. 3.
Mercado de trabalho metropolitano. I. Calvete,
Cássio da Silva, orient. II. Título.

FELIPE MARASCHIN GUIGOU

**A CRISE ECONÔMICA E O SEGMENTO JOVEM DO MERCADO DE TRABALHO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: 2015–2016**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn
UFRGS

Dr. Raul Luís Assumpção Bastos
Departamento de Economia e Estatística

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, bem como os quatro anos de formação dos quais é um resultado, seria impossível sem o contínuo apoio de meus pais, Cleci e Julio Ariel, e meu irmão, Rafael. Para estes, com quem divido bem mais do que mero sobrenome, devo as primeiras linhas desses agradecimentos e meu mais sincero sentimento de apreço.

Aos professores, técnicos e terceirizados da Faculdade de Ciências Econômicas, agradeço pela dedicação ao ensino, o qual resultou na contínua formação e aprendizado ao longo dessa trajetória. Menção especial é feita a meu orientador, Cássio Calvete, cujo apoio e honestidade foram imprescindíveis ao longo desse último ano e à realização desse trabalho de conclusão.

À Cláudia, Fernanda, Iracema e ao Raul, membros do projeto de pesquisa do qual participei na antiga Fundação de Economia e Estatística, agradeço pela confiança e compreensão durante nosso tempo juntos. O trabalho que desenvolvemos foi essencial para minha formação e aprendizado, só sinto orgulho do ano que pude fazer parte da história da FEE e da vida de vocês. Independentemente do que pensem os que visam acabar com a inteligência do estado, sua dedicação e profissionalismo me motivam a ser o melhor economista que posso, hoje e sempre.

Aos amigos que fiz e aos amigos que mantive durante a graduação, dedico mais algumas linhas. De diversas maneiras e de distintas formas, o carinho e a camaradagem de todos bem como as experiências pelas quais passamos juntos me fizeram um ser humano e, por consequência, um profissional melhor. Enquanto vários amigos poderiam estar aqui citados, alguns nomes precisam ser mencionados, como Cirillo Stassen, Fernando Schuh, Gabriel Zaffari e Priscila von Dietrich.

RESUMO

A presente pesquisa visa estudar os impactos da crise econômica de 2015-2016 no segmento jovem do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com o intuito de identificar se tal crise atingiu mais fortemente esse segmento do que os adultos nesse mesmo mercado. Partindo da hipótese de que os trabalhadores mais vulneráveis têm sua condição - tanto qualitativamente quanto quantitativamente - piorada em relação aos demais em momentos de recessão, supõe-se que a situação dos jovens tenha se degradado mais do seu a do grupo de comparação, durante o período estudado. Para desenvolver indicadores pertinentes ao trabalho são utilizados microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Porto Alegre para os anos 2011-2017. O estudo conclui que a recessão provocou maior aumento da taxa de desemprego juvenil do que a adulta em termos absolutos, bem como o retorno do serviço doméstico entre as jovens, fatos que indicam maior impacto sofrido por essa faixa etária durante a recessão.

Palavras-chave: população jovem; recessão econômica; mercado de trabalho metropolitano

ABSTRACT

The present research aims to study the impacts of the economic recession of 2015-2016 in the young segment of the labor market in the Metropolitan Region of Porto Alegre, with the goal of identifying if this recession affected the youth segment more strongly in the same labor market. Based on the hypothesis that the most vulnerable workers will have their condition - qualitatively and quantitatively - worsened in relation to less vulnerable workers during recessions, it's expected that young workers' situation will have been more negatively impacted than that of the comparison group during the period. To develop relevant indicators to the research, microdata from the Employment and Unemployment Survey (PED) in the Metropolitan Region of Porto Alegre is used for the years 2011-2017. The study concludes that the recession caused a bigger increase of the youth unemployment rate when compared to that of the adults in absolute terms, as well as the return of domestic work amongst young females, facts which indicate a stronger impact suffered by this age segment during the recession.

Keywords: young population; economic recession; metropolitan labor market

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Taxa de participação na força de trabalho de jovens e adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	24
Gráfico 2 – Taxa de participação na força de trabalho dos jovens, por faixa etária, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	25
Tabela 1 – Distribuição dos jovens, por situação de trabalho e estudo, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	26
Gráfico 3 – Taxa de ocupação de jovens e adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	28
Gráfico 4 – Taxa de desemprego de jovens e adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	29
Gráfico 5 – Taxa de desemprego dos jovens, por faixa etária, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	30
Gráfico 6 – Razão das taxas de desemprego de jovens e adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	31
Gráfico 7 – Horas médias trabalhadas por semana por jovens e adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	32
Gráfico 8 – Horas médias trabalhadas por semana pelos homens jovens e adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	33
Gráfico 9 - Horas médias trabalhadas por semana pelas mulheres jovens e adultas na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	33
Tabela 2 – Distribuição dos jovens, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2017.....	34
Gráfico 10 – Rendimento-hora médio real dos ocupados jovens e adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2011-2017.....	36
Gráfico 11 – Rendimento-hora médio real dos homens ocupados jovens e adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2011-2017.....	37

Gráfico 12 - Rendimento-hora médio real da mulheres ocupadas jovens e adultas na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2011-2017.....	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FEE	- Fundação de Economia e Estatística
FGTAS	- Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
FT	- Força de Trabalho
PEA	- População Economicamente Ativa
PED	- Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	- População em Idade Ativa
RMPA	- Região Metropolitana de Porto Alegre

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO.....	13
2.1. INSERÇÃO LABORAL JUVENIL.....	13
2.2. JOVENS E A RECESSÃO ECONÔMICA.....	16
2.3. O BRASIL E A REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: 1990-2010.....	18
3. A RECESSÃO ECONÔMICA DE 2015-2016 E OS JOVENS NA RMPA.....	23
3.1. DEMOGRAFIA E PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO.....	23
3.2. OCUPAÇÃO E DESEMPREGO.....	28
3.3. INSERÇÃO DESIGUAL NO MERCADO DE TRABALHO.....	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

A maior incidência de desemprego, menores salários e inserção desvantajosa no mercado de trabalho dos jovens são notórias na literatura. Aliado ao fato que o jovem é o primeiro segmento etário do mercado de trabalho, e as consequências de sua má inserção têm reflexos ao longo de sua trajetória profissional. Por isso, justifica-se o foco dado a esse grupo em termos de políticas públicas de combate à vulnerabilidade nos postos de trabalho e o interesse acadêmico no estudo do desenvolvimento de seus indicadores econômicos. Seguindo esta linha de pesquisa, o presente trabalho tem o objetivo de observar o impacto da recessão econômica experimentada no Brasil nos anos de 2015 e 2016 sobre o segmento jovem do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Tal observação se dará contrastando os segmentos jovem e adulto, a fim de avaliar se os mesmos condicionantes de vulnerabilidade dos jovens, descritos pela literatura, se verificam nessa região e nesse período.

A pergunta que norteia o estudo é se a recessão econômica foi mais danosa para os jovens do que para os adultos na força de trabalho (FT) da RMPA? Com base na lei federal número 12.852, o estatuto da juventude, os jovens são aqui definidos como indivíduos entre 15 e 29 anos de idade e, os adultos, como os indivíduos entre 30 e 59 anos de idade. O grupo dos adultos será utilizado como referência, uma vez que esse é o segmento do mercado de trabalho com menor dificuldade de inserção. Os indicadores analisados correspondem ao período entre 2011 e 2017, escolhido para melhor parametrizar o biênio de queda do produto interno bruto nacional. O ano de 2017 foi incluído mesmo tendo o PIB nacional apresentado crescimento, tal escolha se justifica pelo entendimento que as consequências de uma recessão econômica no mercado de trabalho podem ser mais duradouras do que o próprio período de diminuição do produto. O trabalho tem por hipótese que o segmento jovem do mercado de trabalho foi mais negativamente impactado pela recessão econômica do que o segmento adulto do mesmo mercado, confirmando estudos análogos de outras regiões em momentos de recessão.

Tal hipótese foi construída a partir de uma revisão bibliográfica acerca das causas da maior vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho e do comportamento desse segmento durante períodos de recessão econômica. A realização dessa revisão constitui um objetivo secundário do presente trabalho. Além disso, se faz necessário compreender como estavam esses dois segmentos da FT da RMPA até o início do período de análise e, tal compreensão, se apresenta como outro objetivo secundário. A discussão que comporta ambos

objetivos secundários é apresentada no capítulo subsequente, sob a forma de revisão da bibliografia pertinente ao tema. No terceiro capítulo, são apresentados os indicadores do mercado de trabalho referentes aos jovens e adultos, totais e desagregados por sexo, com intenção de compreender como homens e mulheres reagem à conjuntura recessiva. Tais indicadores agregam maior poder explicativo à análise. Posteriormente, são apresentados indicadores usuais de análise do mercado de trabalho: a taxa de participação na FT, a taxa de ocupação e a taxa de desemprego, a fim de compreender de forma mais elaborada os impactos da crise sobre as duas categorias selecionadas. O quarto capítulo discute os resultados apresentados anteriormente, a fim de organizar argumentos que confirmam ou rejeitam a hipótese apresentada. Por fim, o trabalho contempla um capítulo dedicado às considerações finais.

2 JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO

Com o intuito de observar os distintos impactos que a crise econômica de 2015-2016 surtiu nos segmentos jovem e adulto da RMPA, primeiro se faz necessário identificar as diferenças entre esses segmentos no que diz respeito a sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Busca-se, posteriormente, explicitar as diferenças de desempenho entre ambos os segmentos em momentos de recessão econômica, considerando o contexto histórico do mercado de trabalho da RMPA no período que antecede aquele que é objeto deste trabalho. Para tanto, o presente capítulo conta com três seções, abarcando esses três objetivos.

2.1 INSERÇÃO LABORAL JUVENIL

Os jovens são um dos segmentos etários que, com maior recorrência, têm sido objeto de interesse de estudo acadêmico quando se analisa o mercado de trabalho através de um viés demográfico. Isso se justifica tanto pelo desempenho inferior auferido pelos indicadores em relação a esses trabalhadores no mercado de trabalho como pelo seu momento singular de vida: a transição da escola para o trabalho (BASTOS, 2010).

Pesquisas buscam explicações para compreender as razões do desempenho inferior do segmento jovem nos indicadores, diferenciando-os dos demais segmentos. Ao estudar o segmento jovem nos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), Tokman (2003) cita quatro causas que justificam seu desempenho inferior nos indicadores em relação ao mercado de trabalho. Para o autor, a maior incidência de desemprego entre os jovens nesse conjunto de países, deve-se, inicialmente, a insuficiência da dinâmica dessas economias para gerar postos de trabalho no ritmo requerido para empregar plenamente a Força de Trabalho (FT) disponível. A segunda causa apontada pelo autor é a frustração das expectativas dos jovens em relação ao primeiro emprego. De modo geral, o segmento jovem teria maior facilidade de esperar por um salário de reserva alto o bastante para satisfazer seus desejos, como também apresenta menor interesse em aceitar determinados postos de trabalho como aqueles que não ditam a dinâmica da economia. A terceira, diz respeito à falta de capital humano dos trabalhadores jovens, pois muitos entram no mercado de trabalho sem completar o ensino formal como também pela pequena ou inexistente experiência profissional progressiva desse grupo. A quarta e última causa apontada é a legislação trabalhista desses países, a qual o autor julga não promover benefícios necessários para incentivar empregadores a treinar seus funcionários, atingindo desproporcionalmente os mais jovens que não têm grande experiência profissional.

Partindo na mesma linha, Cacciamali (2005) aponta, em seu estudo sobre o mercado de trabalho jovem na Argentina, Brasil e México durante a década de 1990, o papel preponderante da legislação trabalhista desses países em não incentivar suficientemente a contratação de trabalhadores jovens. Tal efeito ocorreria, segundo a autora, devido à inexistência ou má utilização de contratos específicos para o grupo de jovens nestes países e pela pouca flexibilidade para a utilização desta mão de obra em momentos oportunos para o empregador, dada a rigidez da jornada de trabalho. Além disso, a autora segue o raciocínio de Tokman (2003) ao ressaltar a insuficiência do crescimento econômico desses países para gerar suficientes postos de trabalho, o papel do salário de reserva na escolha dos jovens em permanecerem desempregados e a escassez de capital humano acumulado pelos jovens.

Com relação à legislação de proteção ao trabalhador, a Organização Internacional do Trabalho (2000) sugere que as leis de proteção laboral não são eficazes para defender a contratação e manutenção no emprego de jovens. Aponta que a legislação releva, em larga medida, a baixa qualificação dos jovens, tanto como grupo demográfico e como trabalhadores e não considera seu alto potencial de aprendizado, tornando-os mais vulneráveis dentro de um mercado de trabalho no qual competem com trabalhadores com características distintas. O texto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ressalta ainda que o impacto de políticas específicas no mercado de trabalho jovem haveria sido inadequadamente avaliado por outros estudos. Políticas que efetivamente protegeriam os jovens, ou não imporiam maiores dificuldades a sua inserção, como a política do salário mínimo, foram incompreendidas por estudos desenvolvidos durante a década de noventa no mundo desenvolvido, período onde o enfraquecimento dessas políticas e a busca do desenvolvimento via liberalismo era tendência nos mesmos países (OIT, 2000). No tocante a outras possíveis causas que justificam a pior inserção do segmento jovem no mercado de trabalho em relação aos adultos, são elencados a falta de qualificação, a maior chance desses voluntariamente saírem de seus postos de trabalho, a maior chance de serem os primeiros a serem despedidos (já que esses estão, normalmente, há pouco nesses postos, aliado a um menor custo de oportunidade percebido pelas empresas de despedir trabalhadores jovens) e o tamanho da coorte juvenil. Finalmente, o texto salienta os impactos do desemprego na juventude que, mesmo sendo em média menos duradouro que o desemprego adulto, tem consequências negativas de longo prazo sobre a experiência entre os jovens profissionais, atrasando sua transição da escola para o trabalho.

Em relação aos impactos de longo prazo do desemprego durante a juventude, Bell e Blanchflower (2011) estudaram cidadãos britânicos a partir de uma base de dados longitudinal. Eles concluíram que variáveis como bem estar, saúde, satisfação pessoal e satisfação profissional de indivíduos aos cinquenta anos eram mais fortemente influenciadas por períodos de desemprego na juventude do que períodos de desemprego em momentos posteriores da vida. Tal resultado é demonstrativo da importância desse período como marcador da transição da escola para o trabalho e formativo da carreira e desempenho profissional posteriores.

Frente a tantas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, certos autores evidenciam que os jovens buscam opções temporárias frente a um futuro incerto no mundo do trabalho. Em seu estudo sobre os Estados Unidos e Canadá, Card e Lemieux (2000) interpretam o retorno dos jovens à educação formal, voltar a viver na casa da família e a utilizar serviços de assistência social como vias de defesa, pois o mercado de trabalho e assalariamento não lhes satisfaz. Seus resultados indicam que naqueles países esses três mecanismos são utilizados pelos jovens em momentos de crescimento econômico insuficiente. Encontraram diferença entre esses países acerca de qual mecanismo é mais utilizado, no entanto os autores creditam tal diferença ao marco institucional de cada país em detrimento de alguma preferência clara dos jovens por uma ou por outra opção.

Outras possíveis causas do desempenho inferior nos indicadores do segmento juvenil são apontadas pela literatura, dentre as quais podem ser citadas: má gestão do capital humano pelos setores público e privado (leia-se a incompreensão de ambos os setores acerca da melhor forma de inserir trabalhadores jovens de forma a capacitar essa mão de obra enquanto os emprega no processo produtivo); insuficiente acúmulo de experiências laborais por parte das instituições públicas e privadas que preparariam o ingresso dos jovens no futuro - aliado a um efeito de *feedback*¹ que, progressivamente, tende a deteriorar a inserção relativa dos jovens no mercado de trabalho (WELLER, 2003). Em países com alta desigualdade de renda, como é o caso do Brasil, tal efeito de *feedback* assume forma ainda mais nociva, sendo que a má inserção de uma geração de jovens de baixa renda no mercado de trabalho implica, cumulativamente, na má inserção da próxima geração. O mesmo efeito vale para as jovens e

¹ Tal efeito se explica pela formação de experiência por parte de empresas e o governo acerca de como melhor inserir os jovens no mercado de trabalho, desenvolvendo conhecimento viesado acerca do problema e perpetuando más alocações.

para os jovens negros, cuja inserção se dá de forma ainda mais precária comparado ao resto da coorte juvenil (WELLER, 2003; VERICK, 2009).

Acerca do papel da demanda agregada, O'Higgins (1997) aponta que os jovens são mais sensíveis que os adultos a variações deste indicador, tanto no tocante ao desemprego quanto à remuneração média desses trabalhadores (qual seja, dado um aumento de demanda agregada imagina-se que o acréscimo do emprego jovem seja superior àquele observado entre os adultos e vice-versa, o mesmo valeria para a remuneração média), dado que sua mão de obra não é considerada substituta perfeita à mão de obra de trabalhadores maduros. Tal fato não é apenas um indicativo de maior vulnerabilidade para os jovens, mas também aponta que em momentos de recessão, tal como o período que se faz objeto de estudo deste trabalho, esperam-se resultados piores para os jovens em relação aos adultos. Em outro estudo, O'Higgins (2015) aponta que a maior sensibilidade dos jovens às flutuações da demanda agregada se constitui em uma das causas de sua maior vulnerabilidade. O autor indica certo consenso na literatura em relação papel primordial dessa variável, superando outras causas tidas como mais óbvias e que têm sido objeto de estudo dos autores que se dedicam ao segmento jovem do mercado de trabalho.

Observa-se consenso entre os autores acerca do papel preponderante da demanda agregada para definir o desempenho dos jovens no mercado de trabalho. Tal interpretação se faz útil para o presente trabalho, uma vez que este tem o intuito de compreender os impactos de um momento de grande queda do produto nacional nos segmentos jovem e adulto do mercado de trabalho.

2.2 JOVENS E A RECESSÃO ECONÔMICA

Além de quedas do produto nacional, parâmetro teórico empregado para defini-las como tal, recessões econômicas são períodos do ciclo econômico marcados pelo aumento do desemprego e queda na renda dos indivíduos que compõem a economia nacional. No mesmo estudo em que aponta a maior sensibilidade dos trabalhadores jovens a flutuações da demanda agregada, O'Higgins (2015) faz menção a recessões econômicas como períodos cujo impacto no mercado de trabalho jovem vai além de mera variação da demanda agregada, dado que o impacto de tais episódios se dá de forma mais nociva e diversificada do que um simples aumento de indicadores como a taxa de desemprego e põe em risco a renda média, progressão na carreira e outros benefícios visados pelos trabalhadores. Assim, pensa o autor, que para analisar esses períodos e as consequências no mercado de trabalho é necessário compreender

tais momentos como períodos distintos do restante do ciclo econômico, e seu impacto sobre a FT como dobrado. Aliado a isso, a diferente forma de inserção dos trabalhadores jovens no mercado de trabalho indica que recessões econômicas os impactarão em intensidade diferente daquela que sofrerão os demais trabalhadores.

Como ressalta O'Higgins (2015), o interesse em estudar os impactos sofridos pelo segmento jovem do mercado de trabalho em momentos de recessão econômica, aliado a um ferramental que compreenda tais momentos como mais do que meras flutuações do produto, foi ampliado com a eminência da crise de 2008 (O'HIGGINS, 2012, 2015; BELL; BLANCHFLOWER, 2011; VERICK, 2009). No estudo acerca do impacto da crise econômica de 2008 nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Bell e Blanchflower (2011) ressaltam que as consequências da mesma foram categoricamente mais nocivas para os trabalhadores jovens. A taxa de desemprego entre os jovens não só cresceu a taxas maiores do que a dos adultos, mas a razão entre a taxa de desemprego jovem e adulta aumentou, indicando uma deterioração relativa da posição dos jovens dentro desses mercados de trabalho. Além disso, ampliou-se o uso de contratos precários tais como contratos por tempo parcial entre os trabalhadores jovens, indicando a maior sensibilidade destes às restrições da demanda por mão de obra. Finalmente, o texto ressalta a variabilidade dos resultados entre os países membros da OCDE no que diz respeito à performance dos jovens, e credita essa diferença principalmente ao marco institucional de cada país aliado as políticas de inserção de jovens utilizadas antes, durante e depois do início da recessão econômica.

Em seu estudo acerca da crise de 2008 e suas consequências negativas para o mercado de trabalho jovem na União Europeia (UE), O'Higgins (2012) encontra que, mesmo considerando a alta variabilidade de resultados entre os países analisados, os jovens foram atingidos de forma mais dura pela recessão quando comparados com os adultos, sendo evidenciado pelo aumento da incidência de desemprego de longo prazo entre os jovens superior ao evidenciado entre os adultos. O estudo observa alta variabilidade nas razões de desemprego jovem e adulto de diferentes países, tendo a média da UE como um todo leve decréscimo na razão de desemprego entre jovens e adultos. O autor sugere, no entanto, que esse resultado mascara o crescimento de contratos por tempo parcial e outras formas de trabalho precárias como forma de inserção dos jovens no mercado. O emprego precário se tornou a maneira principal de inserção da mão de obra jovem em alguns países analisados,

ressaltando que o emprego precário não é uma saída positiva para a recessão econômica e para o desemprego.

A fim de caracterizar os resultados obtidos para jovens e adultos após a crise de 2008 nos países desenvolvidos, Verick (2009) aponta a necessidade de cuidado ao analisar a razão do desemprego de jovens e adultos, uma vez que no período anterior a crise, o desemprego adulto se encontrava em patamares tão baixos que mesmo pequenos aumentos causariam grandes variações naquele indicador. Ainda assim, a comparação das taxas de desemprego desses dois segmentos também se faz pouco elucidativa da realidade do mercado de trabalho, dado que esses têm inserção distinta. Alternativamente, o autor recomenda o uso da diferença de ambas as taxas de desemprego como forma de melhor captar as relações entre momentos de queda do produto e distintos segmentos da FT.

Assim, fica evidenciado que nas economias centrais as recessões econômicas têm se apresentado como momentos de piora da posição relativa dos jovens dentro do mercado de trabalho. Tal constatação vai ao encontro da hipótese desse estudo e se faz uma de suas fundamentações na literatura.

2.3 O BRASIL E A REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: 1990-2010

Uma vez desenvolvido um arcabouço teórico capaz de instrumentalizar a interpretação dos resultados posteriores, presentemente se faz necessário estudar o histórico do mercado de trabalho no qual esse estudo é desenvolvido. Para tanto, é preciso analisar o comportamento deste mercado a nível nacional e regional no período que antecede a recessão econômica de 2015-2016.

Durante a década de noventa, o desemprego no Brasil cresceu vertiginosamente devido tanto à mudança do paradigma produtivo pela qual o país passou quanto à ruptura do modelo de inserção dos jovens na economia nacional da qual a primeira é consequência (POCHMANN, 2001). A abertura comercial iniciada no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) seria indicativa, segundo o autor, de um novo projeto de desenvolvimento nacional baseado na competitividade externa e do liberalismo econômico o qual teria como preço a reestruturação da produção brasileira. Segundo Pochmann (2001), esta reestruturação seria responsável pela diminuição do produto industrial e, aliado ao setor agrário exportador, pela perda de relevância do emprego industrial formal, assalariado e com carteira assinada. A ruptura do modelo de inserção estava aí posta, ao retirar a primazia do emprego assalariado formal, os jovens perderiam o referencial do primeiro emprego como um posto de trabalho

estável e plenamente abarcado pela proteção sindical e das legislações trabalhistas. O autor vê esse processo como problemático, e observa os indicadores do período, que demonstram relativa deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho nacional bem como a perda de participação do assalariamento como forma de inserção dos jovens, como consequências desse período de mudanças.

Cacciamali (2005), em seu estudo incluindo Argentina, Brasil e México, faz menção ao crescimento do desemprego no Brasil durante a década de noventa e, como Pochmann (2001), credita tal fenômeno em maior parte a mudança de paradigma produtivo pelo qual o país passou durante essa década. A autora também aponta que a diminuição do quadro do funcionalismo público, empregos tidos como estáveis e de boa remuneração, serviu como desestímulo aos jovens entrarem no mercado de trabalho e contribuiu para sua inatividade. Acerca da reforma trabalhista ocorrida no país durante a década, Cacciamali (2005) pensa que a mesma diminuiria a dificuldade imposta pela legislação em contratar jovens ao tornar possível uso de contratos específicos para este grupo, bem como tornando menos custoso contratar e demitir empregados jovens em comparação com empregados adultos.

Assumindo a escolarização como um dos fatores de grande relevância para compreender o processo de transição da escola para o trabalho pelo qual passam os jovens, evidencia-se que o período entre 1990 e 2009 foi de grande aumento na escolarização no país e, na RMPA, isso não foi diferente. O estudo de Bastos (2005) demonstra uma mudança extremamente significativa no tocante a este processo de transição no contexto da RMPA a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Nesse estudo, o autor apresenta que o período entre 1993 e 2002 viu crescimento da inatividade entre os jovens, resultado principalmente do avanço da escolarização neste grupo (principalmente da primeira faixa etária jovem, 16-17 anos). Outra mudança pertinente foi o aumento do contingente de jovens com ensino médio completo e superior completo dentro do total dos ocupados bem como a diminuição do contingente de analfabetos e jovens com ensino fundamental incompleto, entre os ocupados. Tal mudança pode ser interpretada como boa, pois serve para fomentar os jovens a permanecer mais tempo na escola, mas deve ser julgada com cautela, pois ao mesmo tempo indica que jovens com baixa escolarização saíram do mercado de trabalho, tanto porque alguns buscam maior escolarização quanto porque outros são relegados a atividades ilegais ou ao não trabalho e não estudo, grupo esse último conhecido como “nem-nem”. Analisando os dados de rendimento médio, Bastos (2005) também aponta que o período entre 1993 e 2002 também foi de queda no rendimento real de todos os grupos

educacionais excetuando trabalhadores adultos com ensino superior completo. Tal constatação pode estar relacionada ao processo de mudança de paradigma produtivo, como apontavam Pochmann (2001) e Cacciamali (2005), bem como pode ser resultado das reformas a legislação trabalhista durante a década de noventa.

A partir de meados dos anos noventa um evento intitulado de “Onda Jovem” (MUNIZ, 2002) foi observado nas regiões metropolitanas brasileiras, que consistiu em grande aumento do contingente de jovens, tanto na População em Idade Ativa (PIA) quanto na População Economicamente Ativa (PEA). Na RMPA, a onda jovem é claramente observável e o aumento do contingente de jovens dura até 2005 enquanto a PEA jovem cresce até 2004, no momento em que inicia a tendência de diminuição do número de jovens tanto em termos absolutos como contingente dentro da PEA (BASTOS, 2010). Em seu estudo acerca das principais tendências do segmento jovem do mercado de trabalho durante a primeira década do século XXI, Bastos (2010) retoma a tendência de aumento da escolarização na RMPA. Como em Bastos (2005), esse estudo observa a queda dos contingentes com baixa escolarização bem como a queda de sua taxa de participação na FT durante o decorrer da década e o crescimento dos contingentes com mais escolarização, aliado a um aumento de sua taxa de participação na FT. Essa tendência, que inicia em meados da década de noventa, se aprofunda durante os anos 2000 e caracteriza uma tendência geral de adiamento da entrada no mercado de trabalho devido ao aumento da escolarização.

Com o fim da onda jovem demonstrou-se de forma clara na RMPA um processo de transição demográfica (JARDIM; BARCELLOS, 2015), marcado pela queda da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida. Tais constatações poderiam ser representativas de um espaço de tempo a vir denominado de bônus demográfico, pois a razão de jovens e idosos por adulto cairia, possibilitando a diminuição de gastos públicos em educação sem perda na qualidade do ensino. Como consequência direta para a inserção juvenil no mercado de trabalho regional, tem-se que com um contingente reduzido de jovens, faz-se possível gasto mais eficiente de recursos em sua educação e transição da escola para o trabalho, passível de políticas públicas específicas para este fim.

Ainda como consequência da transição demográfica, faz-se possível questionar até que ponto o aumento da expectativa de vida fomentaria a continuação de idosos no mercado de trabalho e se esses trabalhadores poderiam competir com os jovens. O que se verifica no país é que o aumento da expectativa de vida entre 1982 e 2012 não provocaram aumento da porcentagem da PEA acima de 65 anos, tendo essa população seu peso relativo reduzido

dentro da mesma (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014). Também é relevante a discussão acerca das experiências profissionais e educação formal dos trabalhadores mais velhos, os quais, em uma era de avanço da escolarização se tornam substitutos menos compatíveis com os jovens. Assim sendo, existem grandes empecilhos no caminho da conclusão de que a transição demográfica por si só poderia tanto fomentar os jovens a se escolarizarem quanto aos idosos a permanecerem no mercado de trabalho.

A primeira década do século foi, em larga medida, de crescimento econômico. As bonanças deste período não foram, no entanto, igualmente aproveitadas por todos os trabalhadores no mercado de trabalho da RMPA (BASTOS, 2010). A absorção da mão de obra adulta foi maior em termos absolutos e proporcionais do que a da mão de obra jovem. As taxas de desemprego de jovens e adultos também caíram no período, sendo a queda da taxa adulta maior tanto em termos proporcionais quanto absolutos, assim a razão entre o desemprego jovem e adulto cresce no período, e ocorre relativa deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho. Tal constatação vai de encontro com autores tratados anteriormente como O'Higgins (2015), uma vez que este autor via maior sensibilidade dos jovens a flutuações de demanda agregada e, em momentos de crescimento econômico, espera-se relativa melhora da situação dos jovens no mercado de trabalho.

Muniz (2002) procura compreender como o período de crescimento acelerado do contingente de jovens, pelo qual passaram algumas capitais brasileiras na segunda metade da década de noventa, o qual o autor identifica como um processo de descontinuidade demográfica, a já citada onda jovem, afetou o mercado de trabalho jovem nessas capitais. Utilizando dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período entre 1982 e 2000, o autor identifica duas tendências claras referentes aos jovens durante os cinco últimos anos do período, o crescimento da inatividade entre os jovens e o aumento da taxa de desemprego dessa faixa etária. Vale ressaltar, no entanto, que tais tendências não afetaram os jovens de forma homogênea, sendo o aumento da inatividade muito mais pronunciado entre os jovens entre 15 e 19 anos de idade e entre os homens jovens de forma geral, enquanto o aumento do desemprego se deu de forma mais acentuada entre os jovens de 20 a 24 anos e especialmente entre as mulheres. Acerca desse fenômeno, o autor defende que a causa provável é o crescimento do engajamento feminino com o mercado de trabalho durante o período, não respaldado pela plena absorção dessas trabalhadoras no mercado de trabalho.

Aplicando métodos econométricos, a fim de identificar claramente os impactos do crescimento do contingente de jovens sobre os indicadores do mercado de trabalho, Muniz (2002) não encontra evidência clara de que o crescimento dos jovens no período tenha causado aumento de sua taxa de desemprego ou queda de sua taxa de ocupação. Também não observa efeitos claros de substituição entre a mão de obra masculina jovem e a mão de obra feminina jovem, sendo a única correlação estatisticamente significativa que se mantém inalterada em todos os modelos estimados é a alta correlação positiva da taxa de ocupação jovem e negativa da taxa de desemprego jovem com a variação da demanda agregada, corroborando a visão de O'Higgins (1997) de uma alta sensibilidade desse mercado de trabalho ao desempenho da economia nacional como um todo.

Acerca do mercado de trabalho jovem no Brasil durante a primeira década do século, Loureiro et al. (2017) aponta que, mesmo ocorrendo no período aumento da formalização desses trabalhadores, houve também queda de sua taxa de ocupação, queda essa a qual não se verificou entre os trabalhadores brasileiros como um todo. Os autores também observam aumento da ocupação entre os jovens com mais escolaridade, e a diminuição entre aqueles com menores escolaridades. Tal observação vai de acordo com o encontrado por Bastos (2005) e corrobora a interpretação de um efeito ambivalente, pois, ao mesmo tempo que indica que os jovens estão mais escolarizados, aponta também que os jovens não escolarizados foram apartados do mercado de trabalho.

3 A RECESSÃO ECONÔMICA DE 2015-2016 E OS JOVENS NA RMPA

Neste capítulo são apresentados indicadores calculados a partir de microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Tais indicadores são apresentados em três seções, a primeira trata do segmento juvenil em termos demográficos e sua oferta de mão de obra; a segunda, apresenta indicadores referentes à demanda por mão de obra e as taxas de desemprego por faixa etária e, a terceira, aborda indicadores acerca da subsequente inserção desigual do segmento jovem no mercado de trabalho.

3.1 DEMOGRAFIA E PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

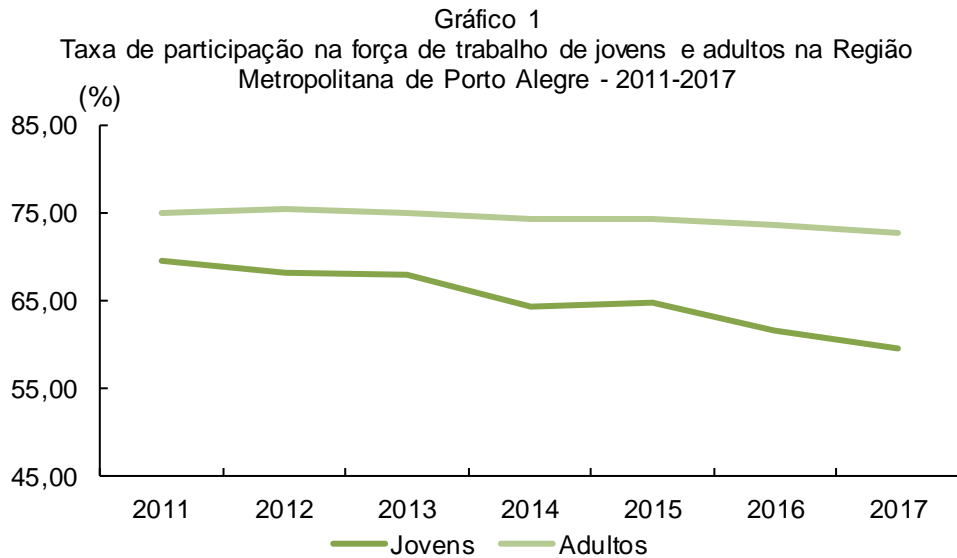
O crescimento da coorte jovem, tanto em termos absolutos quanto relativos, durante os anos noventa nas regiões metropolitanas do Brasil caracterizou um episódio denominado de onda jovem. No início daquela década, o estudo de Bercovich e Madeira (1990) previa que no Brasil e no Estado de São Paulo, o contingente de jovens cresceria até o ano 2000, tendo posteriormente leve queda. Em outras regiões, como a RMPA, a onda jovem também surtiu efeitos sobre a população.

Os jovens atingiram, no ano de 2004, a maior proporção dentro da População em Idade Ativa (PIA)² de acordo com os dados da PED-RMPA, 35,10%. Nos anos subsequentes, essa proporção foi caindo até atingir 25,86% em 2017, o mínimo da série histórica iniciada em 1993 para dados anuais. Tal constatação explicita as tendências gerais apresentadas pela literatura referida anteriormente, nomeadamente o fim da onda jovem e a transição demográfica que a sucedeu (MUNIZ, 2002; BASTOS, 2010). A queda dessa proporção se faz tanto produto da queda da coorte juvenil em termos absolutos quanto do aumento da proporção de adultos e idosos dentro da PIA.

Como consequência clara desse fenômeno, tem-se que, caso mantida constante a taxa de participação na Força de Trabalho (FT), o número e a proporção de jovens na População Economicamente Ativa (PEA) cairá. A fim de verificar tal possibilidade, a seguir é apresentada a taxa de participação na FT de jovens e adultos na RMPA. Observa-se queda tendencial de ambas as taxas de participação na FT ao longo do período (Gráfico 1), sendo mais clara entre os jovens, cuja taxa caiu 10,09 pontos percentuais no período entre 2011 e

² A PIA está aqui definida como a população de quinze anos ou mais.

2017. Enquanto que, os adultos, essa taxa apresentou diminuição de apenas 2,26 pontos percentuais no mesmo período.

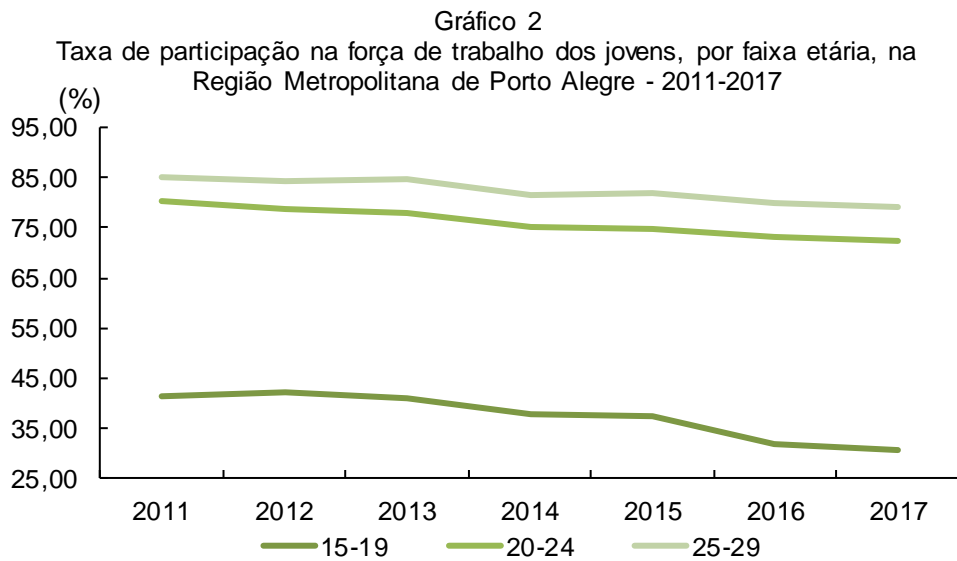


FONTES DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota-se também um leve incremento do indicador para os jovens no ano de 2015, de 0,42 pontos percentuais, comportamento esse que vai de encontro à tendência de queda apresentada ao longo do período. Esse aumento tem origem na taxa de participação na FT das jovens, cuja taxa ampliou no mesmo período de 58,54% para 60,42%, embora não se verifique entre os homens jovens³. Durante a recessão econômica, nota-se relativa estabilidade e posterior redução da taxa para os jovens, indicando que a maior procura por postos de trabalho não se constitui como fator explicativo do crescimento do desemprego no período.

Assim sendo, o fim da onda jovem provocou queda notável do contingente de jovens no mercado de trabalho, uma vez que produziu redução do número de jovens em um contexto de diminuição de sua taxa de participação na FT. Acerca das causas da contração da taxa de participação, tem-se a hipótese do aumento da escolarização dos jovens no período (BASTOS, 2005; 2010), a qual será posteriormente avaliada.

³ A causa do aumento da taxa de participação das jovens entre 2015 e 2017, o qual não se verifica entre os homens no mesmo período, não é facilmente identificada. Entre possíveis interpretações há a noção que durante a recessão, empregadores substituíram parte de seus empregados por mulheres, as quais apresentam inserção relativamente pior no mercado de trabalho, fomentando a diminuição da inatividade entre as mesmas, bem como mera efeito de variação amostral no período.



FONTES DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Ao desagregar o segmento juvenil por faixa etária, percebe-se a relação linear entre a taxa de participação na FT e a idade (Gráfico 2), estando a taxa de participação da faixa etária mais jovem em torno de quarenta pontos percentuais de distância em relação as outras duas faixas etárias. Além disso, as taxas de participação na FT dos jovens entre 20 e 24 anos e entre 25 e 29 anos apresentam valores superiores àquela verificada para os adultos no mesmo período, excetuando a faixa etária de 20 a 24 anos, nos dois últimos anos analisados. Portanto, fica claro que a faixa etária definida como a dos jovens não apresenta características sempre homogêneas no que diz respeito à sua estratificação por faixas etárias, o que pode resultar em dificuldades de inserção qualitativamente e quantitativamente distintas para as distintas faixas etárias que constituem o segmento juvenil no mercado de trabalho. Também vale ressaltar que para os jovens da primeira faixa etária, muitos dos quais ainda têm idade para estarem no ensino médio, altas taxas de participação na FT não são necessariamente positivas, uma vez que a dedicação única e exclusiva à educação amplia as possibilidades futuras desse segmento.

Finalmente, torna-se evidente a redução da proporção de jovens no mercado de trabalho, uma vez que tanto a PIA jovem quanto a taxa de participação na FT juvenil se contraem ao longo do período. Mais precisamente, os jovens passam de 38,44% da PEA em 2004, ápice de toda a série da PED-RMPA, para apenas 27,82% da PEA em 2017, queda levemente superior àquela observada na PIA jovem no mesmo período. Logo, a recessão econômica no biênio 2015-2016 pouco afetou a tendência geral de redução da participação

dos jovens (tanto em termos absolutos quanto relativos) no mercado de trabalho da RMPA, tendo essa tendência origem no fim da onda jovem e a diminuição da taxa de participação na FT dos jovens, previamente mencionadas.

Tabela 1
Distribuição dos jovens, por situação de trabalho e estudo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2011-2017 (%)

	Só Trabalha ou Procura Emprego	Trabalha ou Procura Emprego e Estuda	Só Estuda	Não Trabalha, Procura Emprego ou Estuda	Afazeres Domésticos
Jovens Totais					
2011	51,53	18,13	19,21	0,97	4,93
2012	49,68	18,64	19,85	1,24	5,12
2013	49,12	18,76	20,63	1,48	4,82
2014	47,36	16,91	22,67	1,75	5,48
2015	48,38	16,31	22,96	1,58	5,01
2016	46,77	14,79	25,60	1,52	5,59
2017	46,36	13,21	26,42	-	6,66
Homens Jovens					
2011	56,24	18,06	18,88	1,16	-
2012	55,22	17,96	19,46	1,44	-
2013	54,77	18,12	19,86	1,76	-
2014	53,22	16,79	21,64	1,89	-
2015	52,79	16,12	22,72	2,07	-
2016	51,84	14,41	25,71	1,72	-
2017	51,91	13,45	26,05	-	-
Mulheres Jovens					
2011	46,85	18,20	19,54	-	9,80
2012	44,13	19,31	20,25	-	10,22
2013	43,54	19,40	21,39	-	9,52
2014	41,52	17,03	23,70	1,60	10,90
2015	43,91	16,50	23,21	-	9,94
2016	41,66	15,18	25,48	-	11,13
2017	40,84	12,96	26,79	-	13,11

FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Não foi possível divulgar os valores referentes a porcentagem da população jovem que não trabalha, procura emprego ou estuda e a porcentagem da população jovem masculina que só se dedica aos afazeres domésticos em anos selecionados por falta de amostra para esses segmentos.

Como resultado da diminuição da taxa de participação na FT do segmento jovem, vê-se acima (Tabela 1)⁴ a contração das proporções de jovens que só trabalha ou procura emprego e que trabalha ou procura emprego e estuda durante o período. Essa tendência apresenta exceção apenas no caso das jovens que só trabalhava ou procurava emprego no ano de 2015, quando essa cresceu 2,39 pontos percentuais, contrapartida essa do aumento da taxa de participação na FT das jovens naquele ano. O mesmo efeito não se observa na proporção

⁴ Categorias foram omitidas na tabela devido a não apresentarem resultados estatisticamente significativos para nenhum dos anos do período. A soma das porcentagens apresentadas, portanto, não totaliza cem por cento (100%).

das jovens que trabalham ou procuram emprego e estudam, que manteve a tendência de queda. Observa-se, ainda, que a saída das jovens do mercado de trabalho durante a crise também teve por consequência o aumento da proporção dessas que se dedica exclusivamente aos afazeres domésticos⁵, categoria que apresentava relativa estabilidade até então.

Consequentemente, a proporção dos jovens fora da PEA aumenta durante o período. A proporção de jovens que só estuda apresenta tendência de aumento durante todo o período, no entanto expande ainda mais a partir da crise econômica, indicando que a dedicação exclusiva ao estudo se fez como alternativa principal para aquele grupo de jovens que saiu do mercado de trabalho durante a recessão.

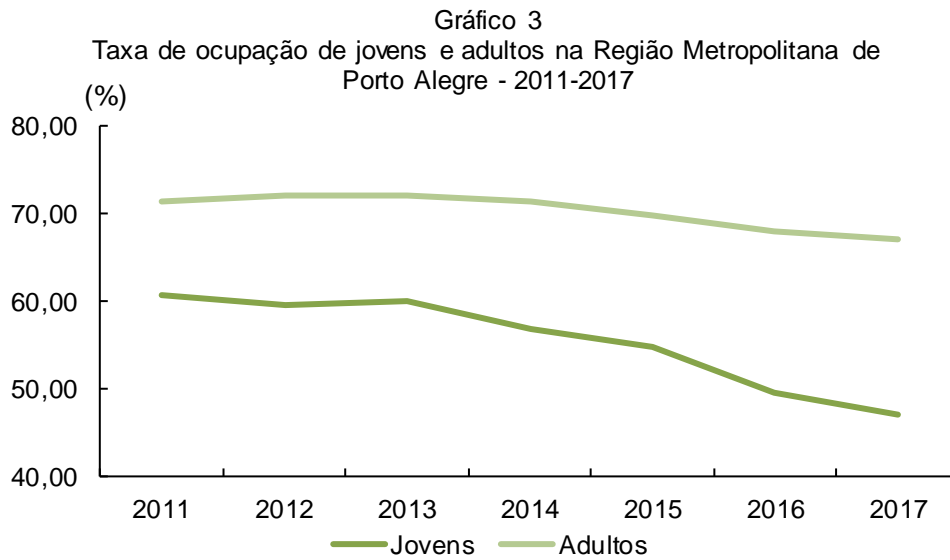
Nota-se aqui que os dados corroboram as interpretações levantadas pela literatura, principalmente no tocante à escolarização dos jovens no período. O papel da crise em fomentar a saída de jovens do mercado de trabalho não pode ser tão facilmente definido como benéfico ou maléfico, pois ao mesmo tempo que essa provocou o aumento da proporção de jovens que se dedica exclusivamente aos estudos, ocorreu acréscimo de proporções como a de jovens que se dedica unicamente aos afazeres domésticos, cuja maioria absoluta é composta de mulheres, também aumentou a partir de 2015. Também podem ser levantados questionamentos acerca do impacto específico da recessão em fomentar a dedicação exclusiva dos jovens aos estudos, uma vez que o crescimento da porcentagem relativa a esse grupo apresentava crescimento em ritmo análogo desde o início do período. Percebe-se ainda que o crescimento dos jovens que só estudam após o começo da crise foi maior entre os homens do que entre as mulheres.

Assim sendo, o comportamento da demografia juvenil no período é demonstrativo do fim da onda jovem, sendo a diminuição desse contingente (tanto em termos absolutos quanto proporcionais) o principal resultado deste fenômeno. Além disso, percebe-se a tendência de queda da taxa de participação na FT juvenil, que foi amplificada pela recessão econômica. Os jovens que deixam o mercado de trabalho passam, em larga medida, a se dedicar exclusivamente ao estudo, a crise ampliou essa tendência ao mesmo tempo que provocou aumento da proporção de jovens do sexo feminino que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos.

⁵ Nesse caso, a proporção refere-se às jovens que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos fora do mercado de trabalho, qual seja, sem remuneração.

3.2 OCUPAÇÃO E DESEMPREGO

Uma vez apresentados os aspectos tocantes à demografia juvenil e subsequente oferta de trabalho, a análise passa seu foco para outro fator da relação laboral: a demanda por mão de obra. A caracterização dessa demanda se dá através da taxa de ocupação, apresentada a seguir (Gráfico 3).



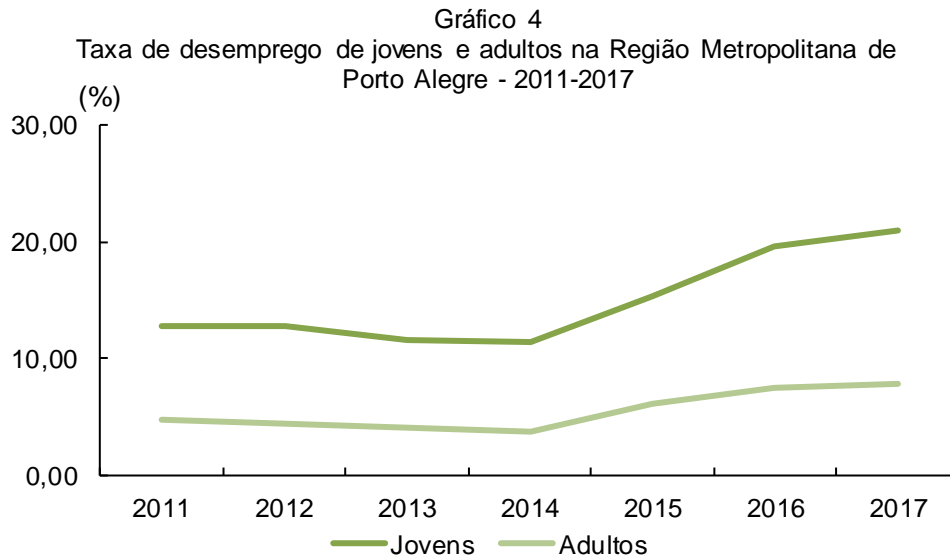
FORNTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Percebe-se estabilidade da taxa de ocupação juvenil até 2013, ano a partir do qual essa apresenta queda, precedendo a crise econômica. O mesmo não se verifica na taxa de ocupação dos adultos, apresentando relativa estabilidade até o início da recessão, em 2015. É possível inferir que a crise aprofundou uma tendência de fechamento de postos de trabalho iniciada um ano antes. Além disso, uma vez que a PIA jovem apresenta queda constante durante o período, pode-se dizer que, em termos absolutos, a redução do número de jovens ocupados foi ainda maior do que a da taxa de ocupação verificada no período.

É perceptível que a partir de 2015 ocorre incremento da tendência de contração da taxa de ocupação dos jovens. Assim, mesmo que a taxa tenha começado a diminuir antes da crise, o processo recessivo impactou negativamente a mesma. Uma vez que o mesmo efeito não é perceptível na taxa de ocupação dos adultos, pode-se considerar que os jovens foram os primeiros a perder postos de trabalho. Como possível causa desse fenômeno, tem-se a hipótese que o primeiro corte de despesa por parte das empresas foi a demissão dos

funcionários efetivamente menos amparados pela legislação trabalhista⁶, os jovens (CACCIAMALI, 2005; OIT, 2000; TOKMAN, 2003).

A partir das taxas de participação na FT e ocupação, pode-se calcular a taxa de desemprego, indicador esse disposto no Gráfico 4.



FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

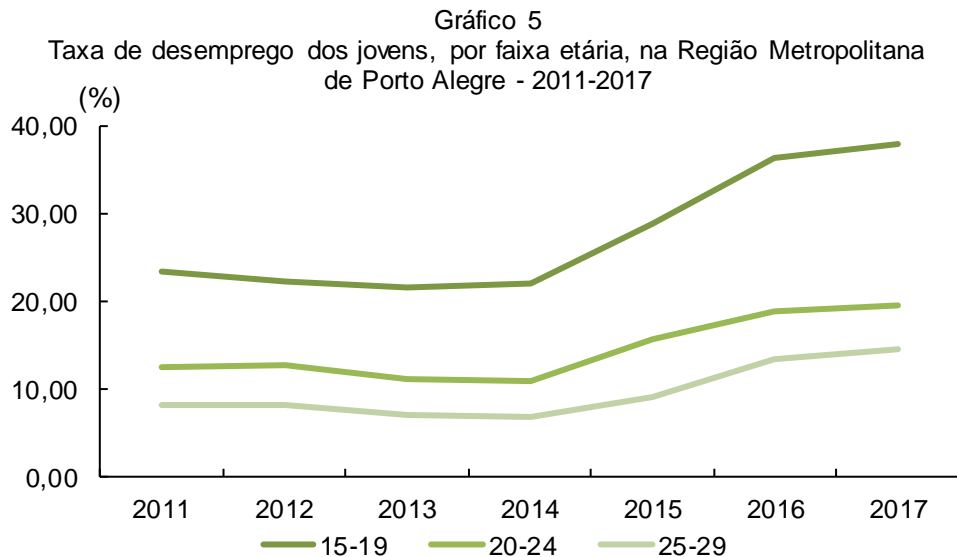
Até a irrupção da recessão econômica, as taxas de desemprego de jovens e adultos apresentavam relativa estabilidade, sendo a variação da taxa de desemprego dos jovens pouco mais de um ponto percentual entre 2011 e 2014 e, a dos adultos, menos de um ponto percentual no mesmo período. Com o início da crise, tem-se um nítido ponto de inflexão para ambas as taxas de desemprego, passando essas para clara tendência de crescimento. Em termos absolutos, a taxa de desemprego dos jovens cresce mais que o dobro (9,47 pontos percentuais, passando de 11,46% para 20,93%) que a dos adultos (4,03 pontos percentuais, passando de 3,77% para 7,80%) entre 2014 e 2017, demonstrando de forma evidente o resultado da pior inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Tendo em mente a trajetória de decréscimo das taxas de participação na FT e das taxas de ocupação desses segmentos do mercado de trabalho, conclui-se que o aumento das taxas de desemprego após 2014 são resultado da aceleração do fechamento de postos de trabalho e que a diminuição da taxa de participação na FT arrefeceu a ampliação da taxa de

⁶ Outra possível interpretação para esse efeito é o menor pagamento dado aos jovens quando demitidos via compensação, dado seu menor tempo de serviço.

desemprego no período da crise. A atenuação do incremento da taxa de desemprego jovem após 2016, por sua vez, é explicada pela relativa melhora da taxa de ocupação que, mesmo que ainda em queda, cai a taxas menores do que nos anos anteriores.

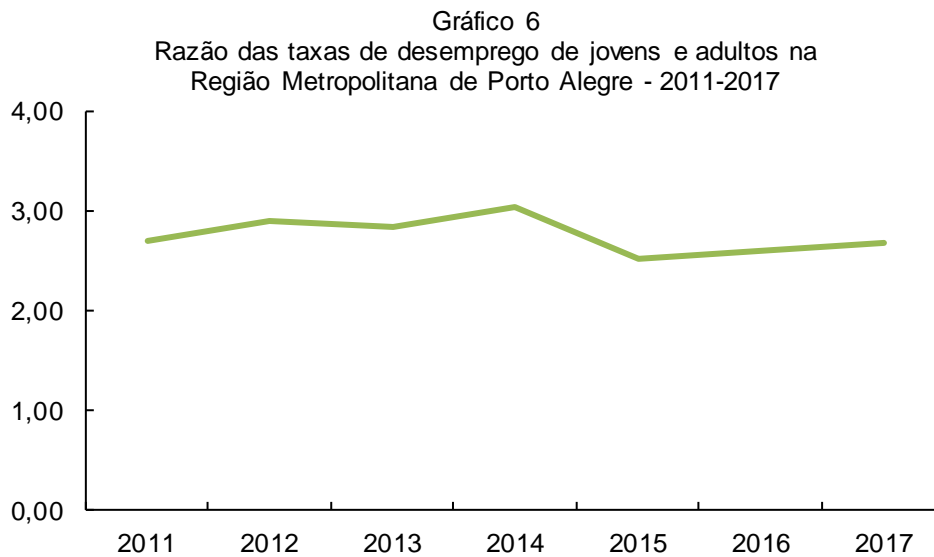
Ao desagregar os jovens por faixas etárias, pode-se observar a taxa de desemprego dessas faixas, indicador disposto a seguir (Gráfico 5).



FORNTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Existe uma nítida relação inversa entre a taxa de desemprego e a idade. A taxa de desemprego da faixa etária mais jovem, no ano de 2014, se situa 11,10 pontos percentuais acima da segunda maior taxa, a dos jovens entre 20 e 24 anos de idade, a partir de 2015 essa diferença se amplia até atingir 18,25 pontos percentuais no último ano analisado.

Ao relacionar esse resultado às taxas de participação na FT das mesmas faixas etárias, tem-se que a faixa mais jovem (15 a 19 anos), cuja taxa de participação na FT é a mais baixa, apresenta as maiores taxas de desemprego no segmento juvenil, 37,89% em 2017. Sendo assim, conclui-se que esses trabalhadores são aqueles de ocupação mais incerta na RMPA.



FORNTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

A razão das taxas de desemprego apresenta tendência de crescimento até a irrupção da recessão (Gráfico 6), durante a qual a razão cai, voltando a crescer após 2015. Portanto, durante a crise, a situação relativa dos jovens teria melhorado na RMPA, conclusão que, *a priori* vai contra a literatura apresentada anteriormente.

Tal conclusão deve ser reavaliada, pois, como defende Verick (2009), a razão das taxas de desemprego não captura bem as variações quando os valores se encontram em patamares próximos a zero, onde qualquer alteração pode implicar em grandes mudanças, em termos proporcionais. Em casos como esse, o autor defende o uso da variação absoluta das taxas de desemprego no período como indicador mais representativo do real impacto de choques sobre os agregados. Uma vez que em 2014 a taxa de desemprego dos adultos na RMPA atingiu o patamar de 3,77% (para o qual o acréscimo de um ponto percentual implicaria crescimento relativo de 26,53%), é válido contextualizar a alteração sofrida pela razão das taxas de desemprego através da variação das taxas de desemprego no período.

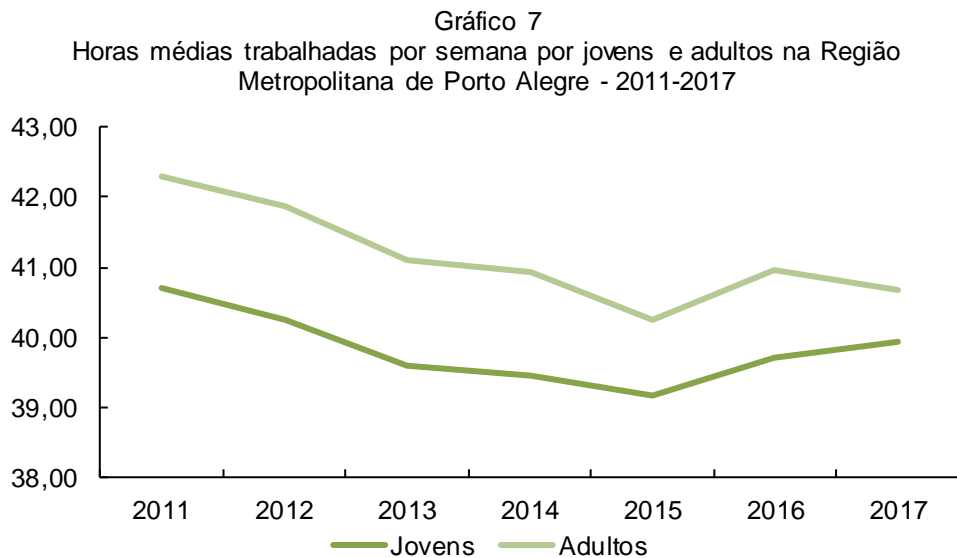
Entre 2014 e 2017 a taxa de desemprego juvenil teve acréscimo de 9,47 pontos percentuais, passando de 11,46% para 20,93%, enquanto a taxa dos adultos aumentou apenas 4,03 pontos percentuais, dos 3,77% previamente mencionados para 7,80%. Assim sendo, o incremento da taxa de desemprego juvenil foi, em termos absolutos, mais que duas vezes superior ao dos adultos, mas totalizou em termos relativos ampliação de 82,66% comparada a 106,90% para os indivíduos entre 30 e 59 anos de idade.

Ainda assim, nota-se a retomada de uma tendência de expansão da razão das taxas de desemprego após 2015, indicando que o desemprego juvenil teria voltado a ampliar-se mais

do que o desemprego adulto em 2016⁷. Portanto, a situação relativa dos jovens no que tange a taxa de desemprego não apresentou melhora durante a crise, sendo sua vulnerabilidade no mercado de trabalho fator de suma importância para esse resultado.

3.3 INSERÇÃO DESIGUAL NO MERCADO DE TRABALHO

Como consequência das diversas razões apontadas no capítulo anterior, os jovens se encontram em situação de vulnerabilidade em sua inserção no mercado de trabalho. Essa seção apresenta indicadores referentes às características dos jovens no mercado de trabalho, com o intuito de observar como estas se alteraram durante a crise.

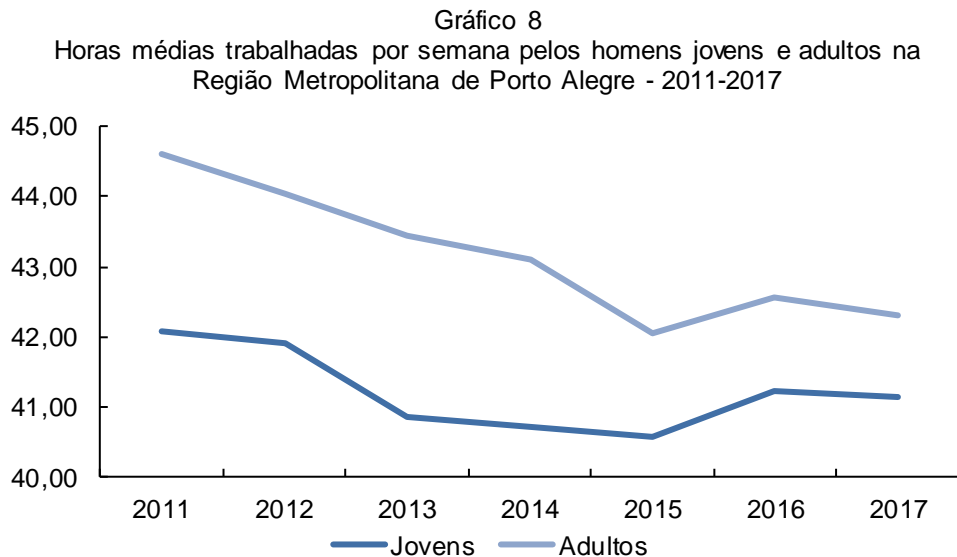


FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

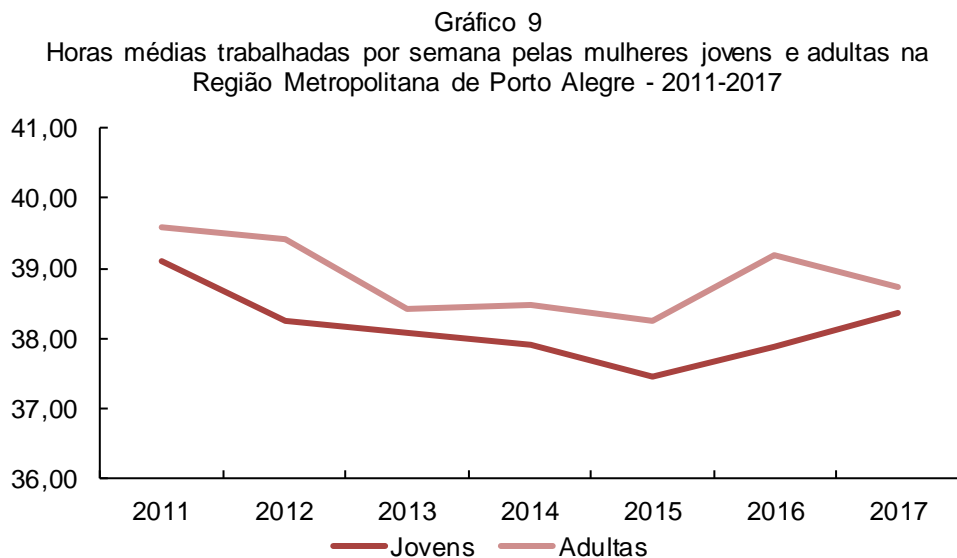
Conforme disposto no Gráfico 7, a quantidade de horas médias semanais trabalhadas apresentavam tendência de diminuição tanto para os jovens quanto para os adultos desde o início do período analisado. Essa tendência termina com a irrupção da recessão econômica, quando as horas médias semanais trabalhadas de ambos extratos jovens e adultos começam a subir. Portanto, o impacto da crise seria a ampliação das horas semanais trabalhadas, podendo dever-se tanto a demissão de trabalhadores com menos horas semanais, bem como ao aumento das horas individualmente trabalhadas, via horas extras.

⁷ O aumento da razão das taxas de desemprego poderia também ser fruto da diminuição do desemprego adulto, o qual não se verifica durante o período.

Ao desagregar por sexo, nota-se que a tendência de queda das horas médias semanais trabalhadas dos adultos até 2015 é proveniente, em sua maioria dos homens (Gráfico 8). Percebe-se, também, que no início do período as horas médias semanais dos homens adultos ultrapassavam o limite normal de quarenta e quatro horas, totalizando em 2011 44,61 e em 2012 44,04 horas por semana.



FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.



FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

A distância entre homens jovens e adultos é maior do que a verificada entre as jovens e adultas, percebe-se também o fato de que em nenhum ano analisado as horas médias semanais das mulheres, tanto das jovens quanto das adultas, ultrapassa o valor de quarenta

horas semanais. A trajetória dos indicadores dos jovens de diferentes sexos nem sempre apresentam o mesmo comportamento (excetuando a mudança clara para ambos como consequência da crise), variando conjuntamente em alguns anos e de forma diametralmente oposta em outros. Pode-se dizer, então, que o comportamento das horas médias semanais trabalhadas por homens e mulheres evidencia certo grau de independência entre esses segmentos do mercado de trabalho em momentos de crescimento do PIB.

Outro indicador relevante no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho é a posição dos trabalhadores na ocupação, esse está apresentado abaixo (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição dos jovens, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2011-2017 (%)

	Assalariado Privado Com Carteira	Assalariado Privado Sem Carteira	Assalariado Público	Autônomo	Doméstico	Empregador
Jovens Totais						
2011	67,27	13,45	8,99	6,85	1,78	1,65
2012	66,92	13,50	9,36	7,40	1,33	1,49
2013	70,12	11,87	8,83	6,72	-	1,50
2014	69,62	10,84	9,28	7,46	-	1,51
2015	71,41	9,19	9,26	7,15	-	1,72
2016	68,19	11,09	9,32	7,58	1,81	2,02
2017	69,35	10,55	7,48	9,32	1,89	-
Homens Jovens						
2011	67,65	13,88	7,93	8,48	-	1,97
2012	66,93	14,35	8,05	8,88	-	-
2013	69,66	12,26	7,84	8,28	-	-
2014	70,34	11,55	7,91	8,41	-	-
2015	70,12	10,68	8,03	8,84	-	-
2016	67,62	12,85	7,86	9,00	-	-
2017	68,93	12,33	5,32	11,29	-	-
Mulheres Jovens						
2011	66,83	12,95	10,25	4,91	3,79	-
2012	66,91	12,47	10,96	5,60	2,90	-
2013	70,66	11,41	10,00	4,87	-	-
2014	68,75	9,97	10,95	6,31	-	-
2015	72,94	7,41	10,71	5,14	-	-
2016	68,87	8,92	11,12	5,83	3,79	-
2017	69,89	8,24	10,26	6,77	4,00	-

FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Não foi possível divulgar os valores referentes a porcentagem da população jovem ocupada como domésticos ou empregadores em anos seletos devido a falta de amostra para esses segmentos.

No tocante ao emprego privado, tem-se que os assalariados com carteira assinada se encontravam em ascensão até o ano de 2014 no caso dos homens e de 2013 no caso das mulheres. Tal crescimento se fazia tendência desde o primeiro ano analisado pelo presente estudo, 2011 e corrobora a interpretação de Loureiro et al. (2017) que a RMPA, como o país,

passava por um período caracterizado pela formalização no mercado de trabalho, vale ressaltar que o autor trata como período de maior formalização os anos entre 2002 e 2010, sendo os anos posteriores de menor avanço nesse critério. Como consequência direta desse fenômeno, nota-se queda de outras posições na ocupação, nomeadamente os assalariados privados sem carteira assinada, que passaram de 16,36% em 2003 para 10,84% em 2014, e autônomos, que passaram de 11,22% em 2003 para 7,46% em 2014.

A partir de 2015, com a recessão econômica, observa-se efeitos distintos entre homens e mulheres no que diz respeito à posição na ocupação. Enquanto para os jovens do sexo masculino houve queda no percentual referente ao assalariamento privado tanto com quanto sem carteira assinada (sendo maior em termos proporcionais e absolutos a queda dos sem carteira), para as jovens a proporção das assalariadas do setor privado com carteira teve aumento⁸ em 2015, observando-se queda apenas na proporção das assalariadas no setor privado sem carteira. Após 2015, no entanto, ambos os sexos apresentam queda da proporção de assalariados no setor privado com carteira e aumento da proporção daqueles sem carteira. Assim sendo, o impacto da recessão sobre o emprego privado foi a quebra da tendência observada na década anterior, invertendo a formalização no mercado de trabalho.

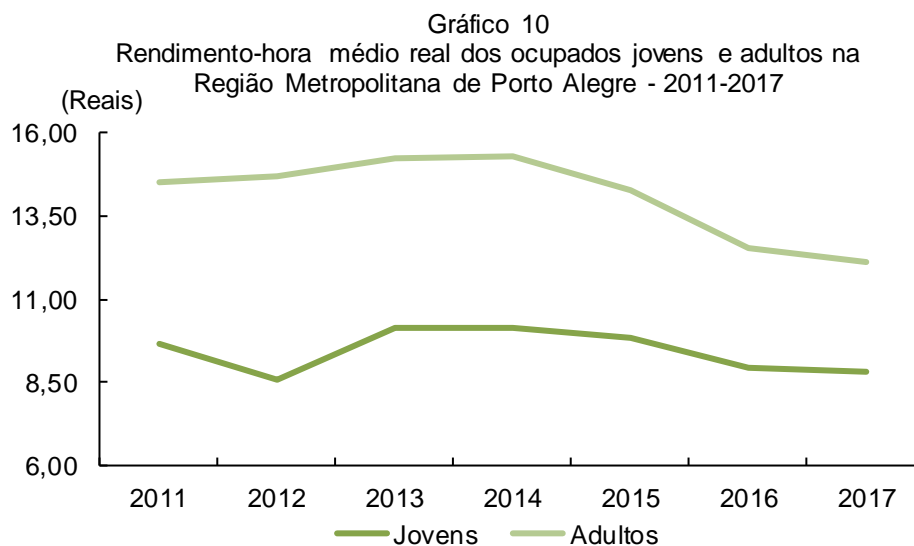
No que se refere ao assalariamento do setor público, percebe-se comportamento análogo aquele apresentado pelo assalariamento do setor privado com carteira, sofrendo menos do que outros tipos de posição na ocupação das mazelas do desemprego em um primeiro momento, seguido de diminuição de sua proporção relativa no mercado de trabalho. À diferença dos assalariados do setor privado, os servidores públicos apresentam essa queda de forma mais representativa apenas no último ano analisado. Tendo em mente as diferenças contratuais entre funcionários públicos e privados, tais distinções provavelmente têm origem institucional.

Os autônomos apresentaram aumento proporcional durante a recessão econômica, resultado da relativa estabilidade em termos absolutos dessa posição no período. Resultado similar a esse se constata na posição de empregador, que apresenta crescimento lento até 2015, seguido de aumento súbito em 2016, o indicador para o ano de 2017 não pode ser divulgado devido a falta de amostra representativa.

⁸ Esse aumento em termos proporcionais se origina em uma queda proporcionalmente menor do que as observadas pelas outras proporções, e não por aumento em termos absolutos dessa categoria.

Finalmente, a posição de ocupação como doméstica⁹ apresentava queda tendencial desde o primeiro ano calculado até 2012, passando de 9,73% das jovens ocupadas em 2003 para 2,90% em 2012. Vale ressaltar que essa queda em termos proporcionais foi fruto de duas tendências, a queda em termos absolutos dessa categoria e o aumento proporcional das demais categorias. As domésticas começam a crescer proporcionalmente, no entanto, durante a recessão econômica, o que indica que o emprego nessa posição tornou-se alternativa preferível ao desemprego ou a inatividade.

Outra mazela decorrente de recessões econômicas é o impacto sobre a renda da população. Para melhor caracterizar o comportamento da renda real no período, no Gráfico 9 se apresenta o rendimento-hora médio real dos ocupados na RMPA.



FONTES DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

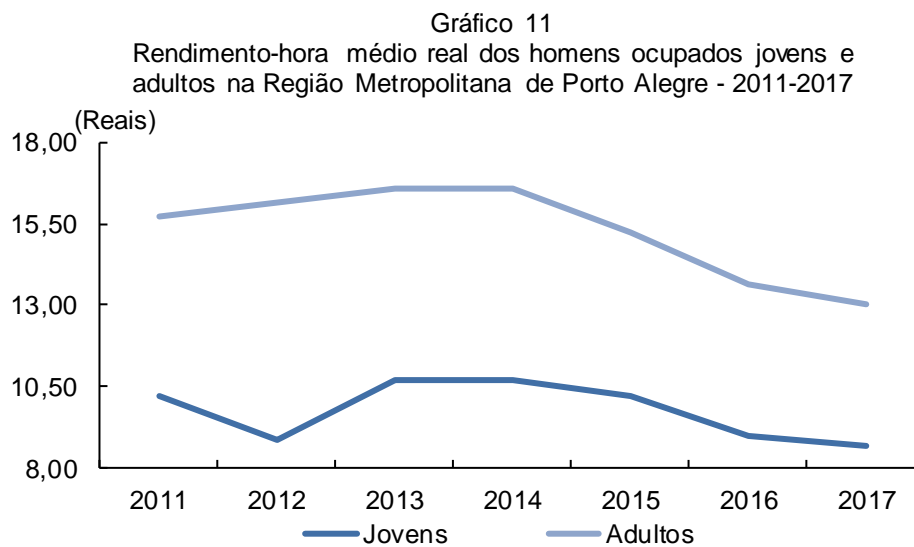
Nota: Medido em reais (R\$). Preços de Dezembro de 2017.

O rendimento-hora médio real dos adultos apresentava crescimento estável até o ano de 2014, quando inicia tendência de queda que se estende até o último ano analisado, 2017. Para os jovens, tem-se que esse indicador cresce de maneira irregular até 2014 quando atinge seu máximo com posterior queda. As origens desse movimento podem ser ligadas a um fator primordial: a redução em termos absolutos das rendas médias¹⁰.

⁹ Referenciada aqui no feminino já que apenas as mulheres jovens apresentam amostra significativa para essa categorização.

¹⁰ A renda mensal real média dos jovens passou de R\$ 1685,56 em 2014 para R\$ 1459,23 em 2017 enquanto a renda mensal real média dos adultos passou de R\$ 2585,94 em 2014 para R\$ 2053,17 em 2017.

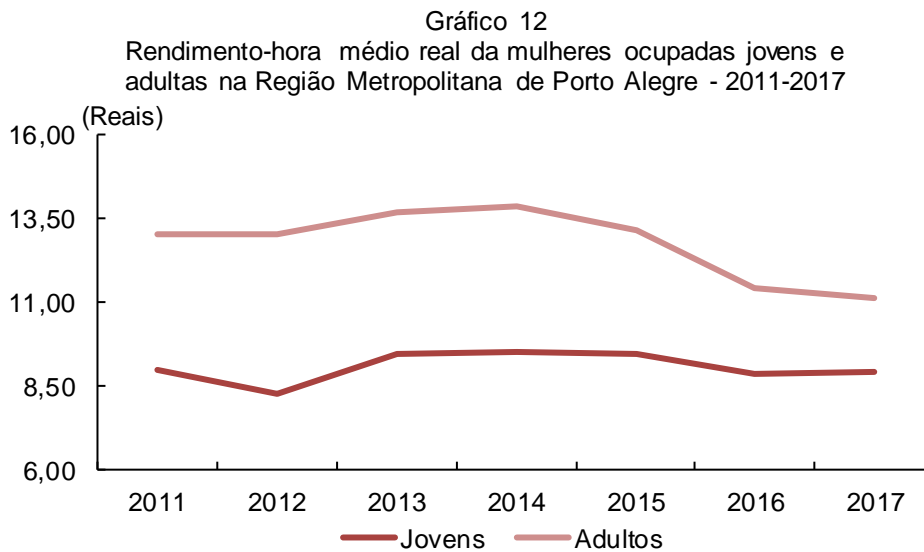
Até 2014, nota-se que o rendimento-hora médio real dos adultos teve crescimento maior em termos absolutos (no entanto não em termos proporcionais) do que o dos jovens, sendo esses incrementos de 0,79 e 0,50 reais por hora respectivamente, ampliando o hiato entre esses dois segmentos. A partir da incidência da recessão econômica, a distância entre as rendas hora foi estreitada, passando de 5,13 reais por hora em 2014 para 3,33 reais por hora em 2017, dado que o rendimento-hora médio real dos adultos caiu mais do que aquele dos jovens.



FONTES DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Medido em reais (R\$). Preços de Dezembro de 2017.

Ao desagregar por sexo, tem-se que o hiato dos rendimentos-hora médios reais dos homens é superior ao da população total, tendo seu valor máximo em 2014, quando era de 5,87 reais por hora. A partir de 2015, da mesma forma que os rendimentos-hora da população total, esse hiato diminuiu atingindo seu menor valor em 2017, 4,31 reais por hora. Os homens adultos também apresentam o mais alto valor de rendimento-hora médio real: 16,55 reais por hora em 2014.



FONTES DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Nota: Medido em reais (R\$). Preços de Dezembro de 2017.

Entre as mulheres, nota-se não apenas que os valores do rendimento-hora são menores do que aqueles dos adultos, como que o *gap* é menor. De forma análoga aos homens adultos, as adultas apresentaram o maior valor de rendimento-hora médio real em 2014 (de 13,88 reais por hora), valor esse que cai nos anos subsequentes até atingir seu valor mínimo: 11,14 reais por hora em 2017.

As jovens apresentam tendência distinta de todos os outros segmentos até agora apresentados, tendo o crescimento de seu rendimento-hora continuado até 2015, quando atingiu seu ápice de 9,48 reais por hora. Após queda em 2016, tal indicador volta a apresentar incremento em 2017, sendo o primeiro a apresentar alguma recuperação após o período de recessão econômica.

As mulheres jovens, portanto, apresentaram a menor perda de renda (tanto em termos absolutos quanto proporcionais) durante a crise econômica e, em 2017, seu rendimento-hora médio real ultrapassou a dos homens jovens pela primeira vez no período analisado. O mesmo não se pode dizer das adultas, cuja renda hora média permaneceu em queda até o último ano analisado e apresentava valor inferior aquele observado para os homens da mesma faixa etária.

Ainda acerca dos rendimentos-hora, os indicadores dos adultos cresceram mais do que os dos jovens antes de 2015. A partir da recessão, no entanto, esses decresceram mais do que os dos jovens, sendo que o menor rendimento-hora médio real, a das jovens, foi o que menos perdeu durante a crise e que primeiro voltou a crescer.

Em geral, a partir da recessão, os jovens ampliaram a quantidade de horas de trabalho semanais, passaram para posições com menores níveis de formalização e suas rendas caíram. Ao contrastar esse resultado com o grupo de referência, os adultos, tem-se que o crescimento das horas semanais dos jovens foi superior ao verificado entre os adultos, mesmo que os adultos continuassem trabalhando mais horas em média do que os jovens, e que o rendimento-hora médio real dos adultos tenha caído mais, tanto em termos proporcionais quanto absolutos, do que a dos jovens. Quando desagregados por sexo, percebe-se que o grupo de menor rendimento-hora até o início da recessão, as jovens, foi o que menos perdeu durante a crise e o primeiro a apresentar crescimento desse indicador. Entre elas também se verifica o retorno do emprego doméstico a partir da recessão, chegando a totalizar 4,00% de todas as jovens ocupadas em 2017.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo recessões econômicas períodos cujos impactos negativos no mercado de trabalho são sentidos por trabalhadores de todas as faixas etárias, esse capítulo pretende analisar os resultados apresentados anteriormente a fim de organizar argumentos que sustentem e oponham a noção de que a crise de 2015-2016 impactou mais o segmento jovem do mercado de trabalho na RMPA e, uma vez elencados os argumentos, definir se a hipótese adotada no início do trabalho se sustenta frente os mesmos.

Conforme apresentado no capítulo anterior, as taxas de desemprego de jovens e adultos cresceram durante a recessão econômica. Tal crescimento foi maior proporcionalmente, no entanto, entre os adultos, cuja taxa de desemprego subiu 106,90% entre 2014 e 2017, do que entre os jovens, cuja taxa de desemprego cresceu 82,66% no mesmo período (Gráfico 4).

Considerando a crítica de Verick (2009), no que diz respeito à razão das taxas de desemprego em momentos nos quais as mesmas se situam em patamares próximos de zero e pequenas variações absolutas provocam grandes mudanças em termos proporcionais e, ainda, tendo em mente que em termos absolutos a taxa de desemprego juvenil cresceu mais do que a adulta entre 2014 e 2017¹¹, a razão das taxas de desemprego de jovens e adultos não é demonstrativa de uma piora na situação relativa dos jovens no mercado de trabalho regional, a qual apenas se verificaria caso a taxa de desemprego juvenil crescesse mais em termos proporcionais do que a adulta no período, o que não se verificou.

Também é perceptível a menor queda da renda hora mensal média dos jovens no mesmo período quando comparada a os adultos, tanto em termos proporcionais quanto absolutos. Tal queda se deu de forma mais forte entre os segmentos com maiores rendas hora mensal média em 2014, nomeadamente os segmentos de homens e mulheres adultos.

Em seu trabalho de conclusão de curso, Dietrich (2018) aponta o papel relevante da valorização real do salário mínimo entre os anos de 2000 e 2017 para a menor queda salarial das mulheres no período, bem como evidencia achatamento do leque salarial na RMPA durante a recessão. A redução da dispersão salarial é fruto da queda dos salários do topo, a qual se deu mais fortemente do que entre os menores salários, esse resultado vai ao encontro daquilo que os dados de renda hora mensal média evidenciaram para os segmentos jovem e

¹¹ Para o período entre 2014 e 2017, o crescimento da taxa de desemprego foi de 9,47 pontos percentuais para os jovens e 4,03 pontos percentuais para os adultos na RMPA.

adulto no mercado de trabalho regional durante o mesmo período. Embora o presente estudo não seja capaz de corroborar ou contrariar a hipótese da relevância do papel da valorização real do salário mínimo na menor queda dos salários mais baixos, a mesma se torna uma explicação viável para a maior queda da renda entre os adultos, faixa etária com maior renda hora mensal média.

A recessão econômica na RMPA se caracterizou, primordialmente, pelo fechamento de postos de trabalho. Esse processo, no entanto, não atingiu jovens e adultos da mesma forma, tendo os adultos apresentado menor queda na sua taxa de ocupação quando comparados aos jovens (Gráfico 3). Tal resultado indica que o fechamento de postos de trabalho incidiu mais, proporcionalmente, sobre o grupo cuja taxa de ocupação já era mais baixa, aprofundando as dificuldades de inserção juvenil no que diz respeito à ocupação.

Conforme apresentado anteriormente, a taxa de ocupação dos jovens na RMPA apresenta queda a partir de 2014. Assim, pode-se pensar que a recessão econômica teria apenas exacerbado uma tendência já existente, em detrimento de tê-la criado. Quando comparados aos adultos, percebe-se que o fechamento de postos de trabalho afetou primeiro e, com mais intensidade, os jovens. Essa constatação pode indicar a incapacidade do mercado de trabalho regional e das instituições de proteger jovens trabalhadores de forma efetiva, conforme sugerem Cacciamali (2005), OIT (2000) e Tokman (2003). No entanto, o presente trabalho não pode corroborar essa afirmação, uma vez que a legislação trabalhista não foi analisada.

Ainda assim, é evidente o maior impacto sofrido pelos jovens na RMPA no que diz respeito ao fechamento de postos de trabalho a partir da recessão econômica, e esse se constitui em um forte argumento a favor da noção de que o segmento juvenil do mercado de trabalho regional foi mais fortemente afetado pela recessão do que o segmento adulto.

A clara consequência do maior fechamento de postos de trabalho sofrido pelos jovens é o aumento de sua taxa de desemprego, a qual, conforme anteriormente discutido, apresentou crescimento maior em termos absolutos do que a dos adultos. Além disso, em 2017, essa taxa se encontrava em 20,93%, indicando que a cada cinco jovens no mercado de trabalho, pouco mais de um procurava emprego. O efeito se deu de forma ainda mais exacerbada nas faixas etárias de menor idade, evidenciado pela taxa de desemprego de 37,89% para os jovens entre 15 e 19 anos de idade em 2017, comparados aos 14,65% para aqueles entre 25 e 29 anos de idade no mesmo ano. Assim sendo, o crescimento absoluto das taxas de desemprego durante a recessão econômica bem como os patamares que essas taxas atingiram durante e logo após

esse mesmo episódio recessivo evidenciam que os jovens no mercado de trabalho da RMPA foram mais fortemente impactados do que os adultos do mesmo mercado.

Durante a crise econômica, diversas mulheres jovens viram-se levadas aos afazeres e ao emprego doméstico, categorias essas menos favorecidas na sociedade brasileira. A proporção de mulheres jovens que se dedicava única e exclusivamente aos afazeres domésticos (qual seja, sem remuneração) encontrava-se em torno de 10% da PIA jovem entre 2011 e 2014 (Tabela 1). A partir de 2015, no entanto, essa proporção passa a crescer, atingindo 13,11% em 2017.

Dentro do mercado de trabalho regional, a proporção de mulheres jovens que trabalhavam no serviço doméstico apresentava clara tendência de queda até 2012, quando a amostra torna-se insuficiente para divulgar a desagregação para a respectiva categoria. Tal proporção torna a crescer, no entanto em 2016, atingindo o total de 4,00% em 2017. Em termos relativos, a proporção das empregadas domésticas jovens cresceu 37,93% entre 2012 (último ano antes da crise para o qual há amostra suficiente para divulgar a proporção) e 2017, enquanto a proporção de empregadas domésticas adultas cresceu apenas 5,45% no mesmo período.

Assim sendo, percebe-se outro impacto da recessão econômica, o de colocar grande contingente de mulheres jovens de volta nos afazeres domésticos e no emprego doméstico, cuja remuneração é, em média, mais baixa e a possibilidade de progressão na carreira praticamente inexistente. O efeito danoso da crise para os jovens é então evidenciado, não apenas pelo aumento do desemprego ou diminuição de sua renda, mas sim pela privação da possibilidade de ascensão social via o trabalho, especialmente para o grupo historicamente menos favorecido na sociedade brasileira, mulheres negras relegadas ao emprego e afazeres domésticos¹².

Em suma, a recessão econômica que se iniciou no país em 2015 causou inúmeros danos aos brasileiros dentro e fora do mercado de trabalho, entre eles o fechamento de postos de trabalho, o aumento da taxa de desemprego, o retorno do emprego doméstico e a diminuição da renda hora média. Tais danos não foram, no entanto, igualmente distribuídos entre os segmentos da população na RMPA, podendo se afirmar que o segmento jovem do

¹² Para mais informações sobre o tema, consultar TELLES, 2013; VIECELI, 2015; VIECELI; WÜNSCH; STEFFEN, 2017.

mercado de trabalho da RMPA foi mais fortemente impactado pela recessão econômica de 2015-2016 do que os adultos da mesma região.

Tendo em vista as conclusões desse estudo, e a metodologia empregada pelo mesmo, e mais especialmente suas limitações de escopo, análises comparativas são possíveis com outras regiões metropolitanas para as quais existem dados da PED, bem como análises a nível nacional. Os resultados também servem para aprofundar o debate acerca dos marcos institucionais necessários para melhor proteger trabalhadores com inserção precária no mercado de trabalho, especialmente o segmento objeto do presente trabalho: os jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, R. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: FEE, v. 26, número especial, p. 271-298, 2005.
- _____. Jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: quais as mudanças relevantes nos anos 2000? **Textos para Discussão**. Porto Alegre: FEE, v. 86, 2010.
- BELL, D.; BLANCHFLOWER, D. Young people and the great recession. **Discussion Paper Series**. Bonn: IZA, v. 5674, 2011. Disponível em: <<http://ftp.iza.org/dp5674.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, São Paulo. **Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, 1990. v. 2, p. 595-631. Disponível em: <<https://bit.ly/2PdGVNn>>. Acesso em: 07 nov. 2018.
- CACCIAMALI, M. Mercado de trabajo juvenil: Argentina, Brasil y México. **Employment Strategy Paper**. [S.l.]: OIT, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2qMRRCA>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- CAMARANO, A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Menos jovens e mais idosos no mercado de trabalho? In: CAMARANO, A. (Ed.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.
- CARD, D.; LEMIEUX, T. Adapting to circumstances (the evolution of work, school and living arrangements among north american youth). In: BLANCHFLOWER, D.; FREEMAN, R. (Ed.). **Youth Employment and Joblessness in Advanced Countries**. Chicago: University of Chicago Press, 2000. p. 171-214. Disponível em: <<http://papers.nber.org/books/blan00-1>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- DIETRICH, P. V. **Gênero e baixos salários: a evolução das desigualdades na Região Metropolitana de Porto Alegre (2000-2017)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182400>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- JARDIM, M.; BARCELLOS, T. Características da transição demográfica na RMPA. In: FEDOZZI, L.; SOARES, P. (Ed.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Porto Alegre: Letra Capital, 2015.
-
- LOUREIRO, J et al.. Os jovens e o mercado de trabalho no Brasil e no estado do Pará nos anos 2000: características gerais. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 15., 2017, Rio de Janeiro. **Anais do XV Encontro da ABET**. Rio de Janeiro: ABET, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnSXVvR3RRUXktZlk/view>> . Acesso em: 21 mai. 2018.

MUNIZ, J. As descontinuidades demográficas exercem efeitos sobre o mercado de trabalho metropolitano dos jovens? **Revista Brasileira de Estudos de População**. [S.l.] : Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 19, 2002. Disponível em: < <https://bit.ly/2GEcXZw>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

O'HIGGINS, N. The challenge of youth unemployment. **Employment and Training Papers**. Geneva: Employment and Training Department International Labour Office, v. 7, 1997. Disponível em: <<https://bit.ly/2qP4Kfc>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. This time it's different? Youth labour markets during 'the great recession'. **Discussion Paper Series**. Bonn: IZA, v. 6434, 2012. Disponível em: <<https://d-nb.info/1024171981/34>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Youth unemployment. **Policy Paper Series**. Bonn: IZA, v. 103, 2015. Disponível em: <<http://ftp.iza.org/pp103.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Emplear a los jóvenes: promover un crecimiento intensivo en empleo**. Ginebra: OIT, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2qOMD9r>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

POCHMAN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais**. 2. Ed. Brasília: OIT, 2001. p. 27-39.

TELLES, L. **Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 – 1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.

TOKMAN, V. Desempleo juvenil en el cono sur: causas, consecuencias y políticas. **Serie Prosur Opciones**. [Bonn]: Friedrich Ebert Stiftung, v. 35, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2HegUp3>> . Acesso em: 20 abr. 2018.

VERICK, S. Who is hit hardest during a financial crisis? The vulnerability of young men and women to unemployment in an economic downturn. **Discussion Paper Series**. Bonn: IZA, v. 4359, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2K3qD6o>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

VICIELI, C. **Economia e relações de gênero e raça: uma abordagem sobre o emprego doméstico no Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147458>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

VICIELI, C.; WÜNSCH, J.; STEFFEN, M. **Emprego doméstico no Brasil: raízes históricas, trajetórias e regulamentação**. São Paulo: LTR, 2017.

WELLER, J. La problemática inserción laboral de los y las jóvenes. **Serie Macroeconomía del Desarrollo**. Santiago de Chile: CEPAL, V. 28, 2003. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2003/S0312870.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.